

Ata da 6ª. Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, realizada no dia 30 de julho de 2.019 as 13 horas e 30 minutos no Centro de referência especializado de assistência social 2, situada na Rua Sergipe, 354. Dado início a reunião pela Presidente do Conselho a Sra. Aline G. S. Mello e apregoadas às partes com os seguintes conselheiros presentes: Representantes do poder público: Secretária da Educação a Suplente: Marisângela Ap. Rocha Mineiro; Representante da Assistência Social a Titular Aline G. S. Mello; Representante da Saúde a Titular Ana Celeste; Representante da Secretaria da Fazenda o Titular Luís Fernando Zago; Representantes da Sociedade Civil: Segmento Criança Adolescência: Titular Júlia G. G. Camargo e Suplente Aline Borges Lopes; Segmento Pessoa com Deficiência: Sandra C. F. Da Rosa Fernandes. Convidados: Karina F. Da Silva (CRAS II); Rafaela dos Reis (CRAS III); Yeda Inês C. P. da Silva (CREAS); Esther Drude S. P. Ribeiro (BOLSA FAMÍLIA); Suelen de A. S. Gomes (CRAS II); Danusa T. Gonçalves Marim (SMAS); Ana Maria P. Soriano (Fundo Social); Fernanda N. S. Barbieri (CRAS I); Paula R. P. Sarneiro (CRAS I); Marcela R. da Silva (CRASI); Elaine C. Locci (CRAS); Marlene P. C. (CREAS); Camila Ap. A. Moraes (SMAS)

Dado início aos trabalhos foi passada a palavra para a Senhora Ana Maria Pedro Soriano Presidente do Fundo Social Municipal de Assistência Social, no qual iniciou se apresentando e apresentando a Senhora Camila como nova Secretária de Assistência Social do Município de Pitangueiras, em ato contínuo expôs um fato no qual a DRADS solicitou a presença do Senhor Prefeito Marcos Aurélio Soriano e o Secretário Marcelo Locci para falar sobre a situação da Assistência Social no município, o prefeito devido a sua agenda de compromissos não pode comparecer no compromisso agendado pelo respectivo órgão. Informou ainda que por ser Colaborado do Fundo Social do Município de Pitangueiras em caráter voluntário na qualidade de Presidente do mesmo o representou neste ato. Após apresentar os questionamentos feitos na reunião com DRADS ainda em ato contínuo a senhora Ana Maria indagou sobre o bloqueio do recurso do Bolsa Família a senhora Esther Gestora do Programa. Após, foi passada a palavra para a senhora Ester que explicou que o bloqueio foi feito devido a não aprovação em tempo e erro pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Dada a palavra novamente a senhora Ana Maria no qual informou que estávamos perdendo R\$ 5.000(cinco mil reais) por mês por falta de preenchimento e cadastramento das famílias no município, a mesa apresentou dados

quantitativos de famílias abaixo da linha de pobreza e que ainda não tiveram seus cadastros efetivados o questionamento diretamente para gestora do programa senhora Esther, que pediu a palavra para explicar como funciona o SIGPBF assim como o cálculo dos índices e sua oscilação, pois a cidade é sazonal devido a períodos de maior emprego durante a safra, informou ainda que não estamos perdendo e sim que poderíamos receber até o valor destacado na planilha apresentada. Esther em ato contínuo, informou da necessidade de ter funcionários públicos efetivos de nível médio para serem visitantes de campo e digitadores tendo em vista que os mesmos deverão fazer cursos de capacitação oferecidos na cidade de São Paulo, devido à complexidade do sistema e manipulação das informações, ressaltou que não poderia ser feito por estagiários devido ao curto prazo de seus contratos e gastos com capacitação e nem Assistentes Sociais por não serem de sua atribuição. Informou ainda que consta esta informação em seu plano de trabalho anualmente e que vem solicitando profissionais concursados de nível médio para o setor. Passada a palavra novamente para a senhora Ana Maria no qual questionou a senhora Esther por que não contratou os funcionários com os recursos disponibilizados para esse tipo de situação anteriormente citada. A senhora Esther respondeu que o jurídico da prefeitura não autorizou tal contratação. Após a senhora Ana Maria também questionou o Conselho e demais pessoas representantes e convidados ali presentes sobre o recurso PAIF que nunca foi dividido entre os outros CRAS. A senhora Aline Borges e ex Secretaria da Assistência Social em gestão anterior assumiu a fala e explicou que o PAIF é feito com recurso municipal nos outros CRAS, sendo sua fala endossada por Rosana e Suelen. Solicitada a palavra pela senhora Ana Maria no qual levantou o questionamento dos acompanhamentos individuais realizados do CRAS Santa Vitória que é responsabilidade da Senhora Elaine Locci, os dados utilizados foram do mês de abril, sendo apenas 04 famílias em acompanhamento em todo o mês de referência. Passada a palavra para Senhora Elaine Locci que explicou que foram 04 acompanhamentos individuais, e que estava sendo interpretada de forma equivocada os dados preenchidos na planilha de produção, dizendo que os dados situados eram de acompanhamentos individuais, citou também as outras atividades realizadas por ela e sua equipe bem como a realização semanal de grupos de acompanhamentos no tal de 60 pessoas, citando os dados contidos na planilha apresentada pela senhora Ana Maria. No mais, complementou dizendo que o acompanhamento individual depende da aderência da família para maior efetivação que é um trabalho constante e diário até conquistar a

confiança dos indivíduos. A senhora Ana Maria após ouvir a explicação da senhora Elaine questionou os números de produção abaixo do esperado tendo em vista o índice de pessoas abaixo da linha de pobreza daquele setor, reafirmando que mesmo que fossem 60 pessoas atendidas é um número abaixo do esperado. A senhora Elaine em contrapartida ressaltou que a equipe está apenas com três funcionárias para todos os atendimentos e trabalhos oferecidos por aquele setor. A senhora Ana Maria tomou a palavra novamente e destacou a equipe mínima está completa conforme determinado em lei. Desta forma, não poderia justificar o número baixo de atendimentos por falta de profissionais naquele setor. Em seguida em ato contínuo a senhora Ana Maria questiona sobre o IDJOVEM, o por que os CRAS não fazem o cadastro de usuários e por que o programa está parado. Pedida a palavra pela senhora Esther Gestora do Programa Bolsa Família que explicou que não é função e nem responsabilidade do CRAS o IDJOVEM. O IDJOVEM é de responsabilidade e é função do Bolsa Família respeitando os limites impostos por lei. Solicitada a palavra pela senhora Ana Maria afirmou que não seria necessário 03 unidades em nosso município, poderíamos ter apenas uma concentrando todas atividades e atendimentos. A senhora Rosana solicitou a palavra e explicou que por termos três CRAS somos referência para outros municípios de mesmo porte que a nossa cidade. Logo em seguida a senhora Suélen comentou que as 03 unidades dos CRAS deveriam ser vista como ponto positivo e não negativo pela gestão administrativa. Solicitada novamente a palavra pela senhora Ana Maria sugeriu transferir as atividades do CRAS Bela Vista para o CRAS Santa Vitória e no local do prédio implantar atividades de geração de renda através de cursos de capacitação, utilizando recursos do Programa Bolsa Família. A senhora Esther assumiu a fala e pontuou que não é possível programas com intuito de geração de renda pelo Programa Bolsa Família. Sendo solicitado a palavra pela senhora Ana Maria onde afirmou que é possível e tem previsão legal sendo constado no manual. A senhora Esther respondeu que se estiver no manual será feito sim. Após, a senhora Marlene presente na reunião na qualidade de convidada pediu a palavra, indagou à senhora Ana Maria quanto a decisão tomada e a possível proposta feita pela administração apresentada pela Presidente do Fundo Social do Município, que antes para amenizar qualquer decisão precipitada e que pudesse gerar prejuízos poderia ter feito uma reunião com os responsáveis técnicos e dizer que a DRADS colocou apontou como negativo para todos, para que pudessemos juntos melhorar. Em ato contínuo afirmou que o CRAS é porta de entrada assim como a UBS, a Creche e por conta desse

fator tem que funcionar no território próximo a casa de seus usuários. Ainda, a senhora Marlene ressaltou que o plano inicial era sim utilizar o recurso do PAIF e PAEFI para contratação de funcionários, mas nunca foi autorizado pelo jurídico. Explicou novamente o fluxo da entrada e a importância do território para a população, que dependendo da localidade que não fosse ofertado o serviço, a pessoa não iria se deslocar e assim aderir. Em resposta a senhora Ana Maria informou que a DRADS já havia chamado a Aline Borges antiga Secretária Municipal da Assistência Social em gestão anterior e após o senhor Marcelo Locci ex Secretário de Assistência Social da atual gestão recentemente exonerado, para informar que os atendimentos estavam baixos e os cursos ofertados a esses usuários estão em um valor alto “caros” e com o dinheiro investido poderia ser fazer mais por aqueles usuários, citou como por exemplo as atividades realizadas e coordenadas por ela no Fundo Social de Assistência Social que dispõe de valor menor para realização de suas atividades. A partir daí, a senhora Ana Maria informa que foi buscar o que havia acontecido e como foram implantados os CRAS, a composição das equipes e suas defasagens em recursos humanos, destacou que mesmo tendo concurso público em andamento, não conseguiria suprir as necessidades destes CRAS para suprir tais defasagens e ainda fazer melhoramentos, pois apesar das futuras contratações seria difícil manter o quadro sempre completo com equipe mínima para execução destes serviços nas 03 unidades, citando como exemplo a proximidade da aposentadoria de 03 assistentes sociais que estão em breve. Em ato contínuo a senhora Ana Maria coloca a sua proposta que é manter dois CRAS abertos, sendo que no CRAS Santa Vitória voltaria com o funcionamento também da marcenaria que ao seu entendimento seria algo que nunca deveria deixar de existir, no CRAS 03 faria os cursos de qualificação profissional e geração de renda utilizando o recurso do Bolsa Família, sendo sua fala interrompida pela senhora Esther, onde apresentou uma mensagem via whatsapp para senhora Ana Maria, pois havia feito o questionamento direto para uma funcionária da DRADS sobre a possibilidade de oferta de cursos de qualificação e geração de renda utilizando o recurso federal do Bolsa Família, sendo que em resposta lida em voz alta pela senhora Esther aos demais ali presente que não era possível utilizar o recurso federal para tal feito. Solicitada a palavra pela senhora Ana Maria leu um manual onde constava que isso é possível e que foi cometido um equívoco na exposição dos fatos, que não se tratava de curso de geração de renda, mas sim de cursos de qualificação profissional para os demais usuários, retificando todas as suas falas quanto o oferecimento de

cursos para geração de renda. Informou também da capacitação dos funcionários utilizando o mesmo recurso. Após, a senhora Esther sugeriu de criar uma sala no CRAS Bela Vista, para realizar cadastramento de Bolsa Família, custeada e mantida pelo próprio programa, em contra partida pediu ajuda para disponibilização de um funcionário efetivo do quadro que ser treinado em todos os cursos necessários e para que pudesse dar andamento nos cadastramentos daquele setor nesse sentido. A senhora Ana Celeste pediu a palavra e disse que recebeu uma notícia hoje da DRS que terá que cadastrar todos os municípios para não perder recurso e disse que apesar de ser difícil, mas que ordem é ordem e terá que cumprir, e terá que pensar na população se a verba for cortada. Solicitada a palavra pela senhora Marlene volta a reforçar a importância da criação do SUAS que foi avançou no sentido que deixou de ser assistencialista e se tornou política de direito, e que quem deveria ser responsável por geração de renda seria a secretaria de indústria e comércio e que devemos reportar a Tipificação do Serviço Socioassistencialismo. Ana Celeste disse que temos mudar a postura pois quando ela trabalhou no São João e no Bela Vista, ela olhava cada prontuário e atrelava o papa nicolau a pesagem do Bolsa Família. A senhora Suélen solicita a palavra manifestando no sentido que o fornecimento de benefício eventual é o mínimo do trabalho que CRAS faz, pois o objetivo maior são as reuniões que tentam mudar os hábitos e paradigmas das famílias, complementando a fala da senhora Suélen a senhora Ana Maria ressaltou a importância da busca ativa e capacitação além de conversar com outros municípios para observar modelos de trabalho. Falou também que falta realizar trabalhos de acompanhamentos com crianças de 0 a 6 anos, atividades para adolescentes em L.A e a não aderência ao Programa Criança Feliz, por falta de má interpretação do Programa. Solicitado a palavra pela senhora Aline Borges, no qual voltou ao assunto do acionamento da DRADS enquanto era Secretaria da Assistência Social na gestão anterior, informou que foi sim chamada para pela DRADS, mas por um único Serviço que era o CRAS de Ibitiúva, que foi desabilitado justamente por não ter o quadro mínimo de funcionários e disse que os programas de geração de renda não pode ser financiado pela Assistência Social devido a normativas e portarias que dizem que a Assistência só poderia ser parceiro e não financiar para isso foi chamado a Secretaria de Indústria para propor parceria, e que o Conselho pode fomentar novamente essa parceria. Após, solicitado pela senhora Rafaela a palavra manifestando sua opinião profissional contra o fechamento do CRAS Bela Vista, pois será muito difícil para uma criança de 6 anos ir até o bairro do Santa Vitória. A senhora

Ana Maria informou a todos que mesmo com equipe completa não há infraestrutura para atender as pessoas dos CRAS Bela Vista, destacando com foi feita a construção do prédio, sendo que o mesmo não possui salas adequadas para realização dos trabalhos e atividades desempenhadas. A Senhora Marlene informa que o CRAS Bela Vista foi construído conforme as normativas da época, já interrompida pela senhora Karina que completou a fala dizendo que não está de acordo com a planta oficial e a Senhora Marlene para finalizar o assunto complementou que faltou fiscalização da obra. Solicitada a palavra pela senhora Rosana disse que em Ibitiúva como ela esta trabalhando sozinha precisa das oficinas contratadas. Após os debates a senhora Júlia membro do Conselho Municipal de Assistência sugeriu em continuar os serviços ofertados pelo CRAS Bela Vista e agregar os cursos de qualificação profissional como sugerido pela senhora Ana Maria. Após a exposição da sugestão a senhora Ana Maria manifestou no sentido de consultar a legislação para possível compartilhamento do espaço, sendo logo sanada a dúvida pertinente sobre assunto pela senhora Rafaela explicando que os cursos de qualificação profissional podem ocorrer em espaço compartilhado, desde que não atrapalhe as atividades desenvolvidas no CRAS, tendo um responsável na coordenação desses cursos a legislação permite, não haverá problema nesse sentido. Após a manifestação a senhora Elaine disse importância de ouvirmos a população para ver se elas estão satisfeitas ou não com os serviços. Ana Maria ressaltou da representação da sociedade civil, e Aline Mello disse que foi enviado ofício ao Controle Interno para que tome providência quanto a ausência deles e Aline Borges informou que sempre foram ausentes. Também foi colocado para chamarmos as representantes da DRADS, após a chegada do ofício que entregue pela respectiva instituição informado pela senhora Danusa. A senhora Camila solicitou a palavra e pediu para cada profissional dizer os prós e os contras da proposta. Sendo logo após informada pela profissionais ali presentes que tais informações já consta em seus relatórios, porém informação equivocada tendo em vista que as profissionais ali presentes entenderam que fossem prós e contras dos serviços e não da proposta. A senhora Aline Mello questionou a senhora Ana Maria sobre quais cursos seriam oferecidos, sendo que a mesma se prontificou a fazer levantamento para ver o que as pessoas necessitam e se adequar a realidade do município, tendo em vista suas especificidades. A senhora Ana Maria solicitou que fosse convidado a associação de moradores do bairro São Benedito como meio de participação também da população. O conselheiro Luís solicita que após a discussão toda qual seria a proposta a ser apresentada. A senhora Ana

reforçou que a proposta é a seguinte: criar CRAS Ibitiúva, manter CRAS II e I, e no CRAS III mantê-lo com as oficinas de capacitação. E no CRAS II utilizar os barracões com capacitações com o recurso do programa bolsa família. Suélen questiona qual equipe será em Ibitiúva, e Ana Maria disse que está negociando com a saúde funcionários e Ana Celeste disse que cederá uma funcionária, sendo uma Assistência Social. Rafaela colocou que se tiver um psicólogo em seu CRAS terá então a sua equipe estará completa novamente podendo ofertar todos os serviços. O Conselheiro Luís após ouvir a proposta sugeriu a criação de um projeto para ser apresentado por escrito, onde deveria constar relatórios dos impactos sofridos com o fechamento ou deslocamento do atendimento destes usuários em outros setores, como será plano de trabalho, os meios e forma a serem empregados, fonte de recurso a ser utilizado e se possível consultar os usuários daquele setor sobre a qualidade das atividades ali desempenhadas e sua opinião quanto ao deslocamento das atividades para o CRAS Santa Vitória . No mais, o conselheiro reforçou que gostaria de ver o documento da DRADS para análise quanto apontamento da baixa produção das atividades CRAS, a criação do projeto e tudo do impacto sofrido pelo fechamento ou modificação de atendimento daquela unidade para ter uma opinião melhor formada. Por fim, o conselheiro ainda mencionou o posicionamento da outra conselheira Júlia em manter as atividades ali desempenhadas no CRAS Bela Vista e acrescentar os cursos de qualificação profissional, além disso o conselheiro manifestou no sentido de ir além, tendo em vista a abertura de recente concurso público propor também a criação do CRAS do Ibitiúva. Após a manifestação do conselheiro a senhora Ana Maria disse que já está sendo escrito a partir do momento que a reunião está sendo realizada, Em seguida a senhora Marlene se manifesta dizendo que a pobreza é fruto de vários fatores e que não é necessário encher uma sala com várias pessoas para fazer o trabalho, para atender a demanda reprimida, assim como a educação, esporte e cultura que deveriam atender essa demanda em situação vulnerável e que a Assistência deve encaminhar para essas políticas. A senhora Esther explicou novamente sobre os índices e a senhora Ana Maria disse que o IGDM deveria chegar a 1, mas Esther disse que não é possível chegar a esse índice mas Ana disse que a Delvita, responsável pela DRADS disse que é possível sim. Para encerrarmos a reunião, ficou acordado que o Conselho irá se reunir em outro momento para discutir a situação, realizar uma visita até o CRAS Bela Vista em dia de reunião em grupos para colher opinião dos usuários e também dos



CASA DOS CONSELHOS

Criado pela Lei Municipal 1.790 de 27/09/1996 – Rua Pará,259 – Centro – Pitangueiras/SP – CEP 14.750-000 – Tele/fax 1639523239 – ramal 27 / e-mail cmas.pitangueiras@gmail.com

moradores do territórios, aguardar o documento da DRADS e da Secretaria para deliberarmos sobre o assunto.

Não houve como fazer a prestação de contas pois não recebemos relatório mensal conforme já solicitado no início Nada mais havendo a tratar, eu Aline Presidente e Julia Vice Presidente assinamos e lavramos esta ata.

_____ Pitangueiras 30 de junho de 2019.